

Por Antonio Penteado Mendonça



Quando se imagina que não tem mais, que o golpe foi controlado pela divulgação do seguro e dos procedimentos para recebimento da indenização e de uma parceria com uma ampla rede de locais para entrega dos documentos, vem a notícia de que a Polícia Federal acaba de desbaratar uma quadrilha sofisticada, que fraudava o seguro obrigatório e era composta por policiais, médicos, funcionários de seguradoras, etc.

De acordo com a Polícia Federal, a ação já tinha rendido algo próximo de 28 milhões de reais aos bandidos. E os golpes aplicados variavam, abrangendo praticamente todas as modalidades de fraude para pagar todo tipo de indenizações indevidas, como, por exemplo, brigas em bares e eventos fantasmas.

Há muitos anos a principal fraude envolvendo o seguro DPVAT acontecia nos Institutos Médicos Legais e nos hospitais que atendem acidentes de trânsito. O golpe era simples e sem sofisticação. Alguém procurava os beneficiários de alguém que havia falecido num acidente de trânsito e contava a respeito do seguro, se propondo a receber a indenização no lugar do beneficiário.

Como na época o seguro obrigatório era praticamente desconhecido e as pessoas mais simples não tinham ideia de como ele funcionava, era fácil para os golpistas conseguirem uma procuração autorizando-os a receber o seguro. Feito isso, eles ficavam com o grosso da indenização, repassando uma soma muito menor ao verdadeiro titular dela.

Havia organizações altamente preparadas para aplicar o golpe. Médicos, funcionários de hospitais, agentes da polícia, funcionários dos Institutos Médicos Legais, advogados e despachantes participavam da fraude contra o cidadão, que, sem ter ideia do que era o seguro obrigatório, depois de receber muito menos do que tinha direito, ainda ficava grato aos bandidos por lhes contar do seguro e lhes repassar algum dinheiro.

A profissionalização da gestão do seguro obrigatório, campanhas informando como fazer para receber a indenização, além da ação firme da polícia, reduziu este tipo de golpe, principalmente nas grandes cidades, como São Paulo, onde quadrilhas especializadas faziam a festa.

Ninguém nunca imaginou que os golpes contra os beneficiários do seguro obrigatório e contra o próprio seguro fossem acabar, mas a sua frequência caiu, passando a acontecer mais em uns poucos locais, mais ou menos conhecidos, do que em todo o território nacional.

Ao longo dos anos a polícia, auxiliada pelas seguradoras, desbaratou várias quadrilhas, algumas inclusive com procedimentos elaborados, destinados a fraudar o seguro, muitas vezes cobrando a indenização com base em laudos e outros documentos falsos, destinados a comprovar a ocorrência de acidentes e atendimentos cobertos.

Mas fazia tempo que o tema não chamava a atenção da grande imprensa. Com a constituição da Seguradora Líder do DPVAT, com a missão de administrar o seguro com o máximo de profissionalismo e eficiência, o combate às fraudes ganhou nova dinâmica, que vinha inibindo a ação dos bandidos, quer contra os beneficiários das indenizações, quer contra a própria seguradora.

A criação de uma ampla rede de suporte para o recebimento da documentação e pagamento das indenizações, aliada ao uso inteligente da Internet para informar como fazer em cada caso coberto, minimizou a possibilidade das fraudes.

O curioso é que o alvo da ação da Polícia Federal foram fraudes diretamente contra a seguradora e não contra o beneficiário, em princípio, muito mais fácil de ser enganado.

A prisão de dezenas de pessoas, boa parte delas com cargos importantes e formação profissional elevada, mostra que o golpe era rentável e estava dando certo. O que não é de se estranhar quando todos os dias a imprensa não se cansa de divulgar toda sorte de bandalheiras, dentro e fora do governo.

A ação da Polícia Federal foi importante inclusive porque entre os fraudadores havia um bom número de policiais. Mas o que está evidente é que não se pode baixar a guarda. A criatividade dos bandidos é infinita. Se todos os envolvidos não ficarem atentos é só questão de tempo para alguém criar uma nova forma de fraudar o seguro obrigatório.

(*) **Antonio Penteado Mendonça** é advogado, sócio de Penteado Mendonça e Char Advocacia, secretário-geral da Academia Paulista de Letras, professor da FIA-FEA/USP e do PEC da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: [SindSegSP](#), em 17.04.2015.